



Ministério do Desenvolvimento Regional  
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica  
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas  
Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos

Parecer nº 8/2022/CGRH/DRHB/SNSH

Referência: 59000.023529/2021-87

Assunto: **Proposta de Resolução do CNRH que revoga expressamente as normas consideradas implicitamente revogadas ou cuja eficácia ou validade encontra-se prejudicada.**

## INTRODUÇÃO

1. A Resolução CNRH nº 231, de 22 de março de 2022, revogou expressamente normas consideradas implicitamente revogadas ou cuja eficácia ou validade encontram-se prejudicadas, em atendimento ao [Decreto n. 10.139, de 28 de novembro de 2019](#), que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos, e a [Portaria nº 1.978, de 21 de julho de 2020](#) - Dispõe sobre o procedimento de revisão e consolidação dos atos normativos inferiores a decreto no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional.
2. No dia 23 de junho de 2022, foi publicada a [Resolução CNRH nº 232](#) que aprovou o Plano Nacional de Recursos Hídricos 2022-2040. Em face disso, todos normativos vinculados à Resolução nº 58, de 30 de janeiro de 2006, que aprovou o PNRH 2005-2020, perderam o seu respectivo objeto.
3. Adicionalmente, realizando-se um novo reexame nos normativos do CNRH, esta Coordenação-Geral identificou outras resoluções passíveis de serem revogadas, vinculadas principalmente aos comitês de bacia.

## ANÁLISE

4. O [Decreto n. 10.139, de 28 de novembro de 2019](#), em seu art. 1º, determina a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto editados por órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e tem como objetivo a simplificação de processos e procedimentos, o fortalecimento da segurança jurídica e a consequente redução do estoque regulatório, tendo como objeto e âmbito de aplicação de portarias, resoluções, instruções normativas, ofícios e avisos, orientações normativas, diretrizes, recomendações, despachos de aprovação e qualquer outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo.
5. No âmbito do CNRH foi expedida a Resolução CNRH nº 231, de 22 de março de 2022, revogando expressamente 73 resoluções, tendo por embasamento o atendimento ao art. 8 do [Decreto n. 10.139, de 2019](#).  
"Art. 8º É obrigatória a revogação expressa de normas:  
I - já revogadas tacitamente;  
II - cujos efeitos tenham se esaurido no tempo; e  
III - vigentes, cuja necessidade ou cujo significado não pôde ser identificado."
6. Em levantamento realizado a partir das informações apresentadas pelas unidades deste Ministério, a Coordenação de Estrutura e Inovação (CGGI/SNSH/MDR) identificou que restavam ainda 112 atos normativos sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica-SNSH para revisão e consolidação, sendo que 106 estariam vinculados ao CNRH.
7. Diante disso, foi demandado ao Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas nova análise para atendimento ao processo de revisão dos atos normativos do MDR. Em resposta foi expedida a Nota Técnica nº 20/2022/CGRH/DRHB/SNSH/SNSH-MDR (3828203), em que se identificou o seguinte quadro:

Número de Resoluções Revogadas pela Resolução 231/2021	73
Número de Resoluções Revogadas por outras resoluções	16
Número de Resoluções vigentes e que precisam ser revogadas	16
Número de Resoluções que precisam ser consolidadas – Análise de Mérito	10

8. Considerando a publicação da [Resolução CNRH nº 232](#), de 22 de março 2022, que aprovou o Plano Nacional de Recursos Hídricos 2022-2040 (PNRH), mister se faz a publicação de nova resolução a fim de publicitar expressamente a revogação dos normativos vinculados à Resolução nº 58, de 30 de janeiro de 2006, que aprovou o PNRH 2005-2020, por perda de objeto, cabendo a revogação de 10 (dez) normativos.
9. Ademais, reviu-se o entendimento inicial de manter alguns normativos para preservar os históricos ou até que o processo se concluisse. Portanto, serão revogadas expressamente aquelas resoluções referentes à prorrogações de mandatos da diretoria provisória do Comitê da bacia Hidrográfica do Parnaíba (3 normativos), e outras 3 (três) vinculadas a prorrogações de prazo da delegação de competência para as entidades delegatárias desempenharem as funções de Agência de Água.
10. Importante destacar que neste momento optou-se por manter vigente as resoluções que aprovaram os mecanismos e valores de cobrança e a definição dos preços públicos unitários, para que os comitês tenham esta evolução temporal. Por se tratar de um tema complexo que envolve recursos, é oportuno que se tenha uma avaliação muito criteriosa que demandará tempo e envolverá consultas à Câmara Técnica competente.
11. A saber, segue a discriminação dos atos a serem revogados:

	Atos Normativos	Resumo do assunto do Ato	Link
1	Resolução n. 58, de 30 de janeiro de 2006	Aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos.	<a href="https://cnrh.mdr.gov.br/resolucoes/33-resolucao-n-58-de-30-de-janeiro-de-2006/file">https://cnrh.mdr.gov.br/resolucoes/33-resolucao-n-58-de-30-de-janeiro-de-2006/file</a>

2	Resolução n. 67, de 07 de dezembro de 2006	Aprova o documento denominado Estratégia de Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos.	<a href="https://cnrh.mdr.gov.br/resolucoes/25-resolucao-n-67-de-07-de-dezembro-de-2006/file">https://cnrh.mdr.gov.br/resolucoes/25-resolucao-n-67-de-07-de-dezembro-de-2006/file</a>
3	Resolução n. 69, de 19 de março de 2007	Aprova a proposta do Sistema de Gerenciamento Orientado para os Resultados do Plano Nacional de Recursos Hídricos – SIGEOR.	<a href="https://cnrh.mdr.gov.br/resolucoes/23-resolucao-n-69-de-19-de-marco-de-2007/file">https://cnrh.mdr.gov.br/resolucoes/23-resolucao-n-69-de-19-de-marco-de-2007/file</a>
4	Resolução n. 80, de 10 de dezembro de 2007	Aprova o Detalhamento Operativo de Programas do Plano Nacional de Recursos Hídricos.	<a href="https://cnrh.mdr.gov.br/resolucoes/13-resolucao-n-80-de-10-de-dezembro-de-2007/file">https://cnrh.mdr.gov.br/resolucoes/13-resolucao-n-80-de-10-de-dezembro-de-2007/file</a>
5	Resolução n. 99, de 26 de março de 2009	Aprova o Detalhamento Operativo dos Programas VIII, X, XI e XII do Plano Nacional de Recursos Hídricos.	<a href="https://cnrh.mdr.gov.br/resolucoes/1041-resolucao-cnrh-n-99-de-26-de-marco-de-2009/file">https://cnrh.mdr.gov.br/resolucoes/1041-resolucao-cnrh-n-99-de-26-de-marco-de-2009/file</a>
6	Resolução n. 135, de 14 de dezembro de 2011	Aprova o documento “Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH: Prioridades 2012-2015”, como resultado da primeira revisão do PNRH, e dá outras providências.	<a href="https://cnrh.mdr.gov.br/resolucoes/1534-resolucao-cnrh-135-aprova-revisao-pnrh/file">https://cnrh.mdr.gov.br/resolucoes/1534-resolucao-cnrh-135-aprova-revisao-pnrh/file</a>
7	Resolução n. 148, de 13 de dezembro de 2012	Aprova o Detalhamento Operativo do Programa IX do Plano Nacional de Recursos Hídricos.	<a href="https://cnrh.mdr.gov.br/resolucoes/1673-resolucao-cnrh-148-programa-ix-final/file">https://cnrh.mdr.gov.br/resolucoes/1673-resolucao-cnrh-148-programa-ix-final/file</a>
8	Resolução n. 165, de 29 de junho de 2015	Estabelece as prioridades do PNRH para orientar a elaboração do PPA Federal e dos PPAs dos Estados e do Distrito Federal, para o período 2016-2019.	<a href="https://cnrh.mdr.gov.br/resolucoes/1786-resolucao-cnrh-165/file">https://cnrh.mdr.gov.br/resolucoes/1786-resolucao-cnrh-165/file</a>
10	Resolução n. 170, de 23 de setembro de 2015	Prorroga o prazo da delegação de competência à Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.	<a href="https://cnrh.mdr.gov.br/resolucoes/1804-resolucao-cnrh-170/file">https://cnrh.mdr.gov.br/resolucoes/1804-resolucao-cnrh-170/file</a>
11	Resolução n. 172, de 09 de dezembro de 2015	Prorroga o prazo da delegação de competência à Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguaí – ABHA para o exercício de funções e atividades inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba.	<a href="https://cnrh.mdr.gov.br/resolucoes/1807-resolucao-cnrh-172-abha-cbh-paranaiba-pos-cnrh/file">https://cnrh.mdr.gov.br/resolucoes/1807-resolucao-cnrh-172-abha-cbh-paranaiba-pos-cnrh/file</a>
12	Resolução n. 181, de 07 de dezembro de 2016	Aprova as Prioridades, Ações e Metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos para 2016-2020.	<a href="https://cnrh.mdr.gov.br/resolucoes/1974-resolucao-n-181-de-07-de-dezembro-de-2016/file">https://cnrh.mdr.gov.br/resolucoes/1974-resolucao-n-181-de-07-de-dezembro-de-2016/file</a>
13	Resolução n. 207, de 18 de dezembro de 2018	Prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.	<a href="https://cnrh.mdr.gov.br/resolucoes/2442-resolucao-n-207-de-18-de-dezembro-de-2018/file">https://cnrh.mdr.gov.br/resolucoes/2442-resolucao-n-207-de-18-de-dezembro-de-2018/file</a>
14	Resolução n. 208, de 11 de dezembro de 2019	Prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, até 31 de dezembro de 2020.	<a href="http://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-208-de-11-de-dezembro-de-2019-243809565">http://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-208-de-11-de-dezembro-de-2019-243809565</a>
15	Resolução n. 216, de 11 de setembro de 2020	Prorroga o prazo de vigência do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), até 31 de dezembro de 2021.	<a href="https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/cnrh/deliberacoes-cnrh-1/resolucao-cnrh-no-216-de-11-de-setembro-de-2020-prorroga-o-prazo-de-vigencia-do-pnrh.pdf">https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/cnrh/deliberacoes-cnrh-1/resolucao-cnrh-no-216-de-11-de-setembro-de-2020-prorroga-o-prazo-de-vigencia-do-pnrh.pdf</a>
16	Resolução n. 221, de 24 de dezembro de 2020	Prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, até 31 de dezembro de 2021.	<a href="https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/cnrh/deliberacoes-cnrh-1/resolucao-cnrh-no-221-de-24-de-dezembro-de-2020-cbh-parnaiba.pdf">https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/cnrh/deliberacoes-cnrh-1/resolucao-cnrh-no-221-de-24-de-dezembro-de-2020-cbh-parnaiba.pdf</a>

## DA ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

12. Em relação às disposições do [Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020](#), que regulamenta a **análise de impacto regulatório (AIR)**, esta Coordenação-Geral entende que a Resolução se enquadra no inciso IV do art. 4º, do [Decreto nº 10.411, de 2020](#), estando **dispensada**, portanto, de elaboração de AIR, uma vez que se trata de ato normativo que visa à atualização ou à revogação de normas consideradas obsoletas, sem alteração de mérito.

## CONCLUSÃO

13. Trata-se da conclusão do processo de revisão dos atos normativos do MDR, conforme estipulado no [Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019](#), e na [Portaria nº 1.978, de 21 de julho de 2020](#).

14. Diante do levantamento realizado, foi elaborada a proposta de resolução do CNRH, a fim de revogar, nos termos do art. 8º do Decreto n. 10.139, de 2019, expressamente 16 (dezesseis) resoluções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

15. Encaminha-se este Parecer à consideração Superior, recomendando que, previamente ao Plenário do CNRH, a matéria seja objeto de análise da CTAL/CNRH, para, conforme disposto no Decreto nº 10.000/19, “*analisar e emitir parecer sobre os aspectos legais e constitucionais das matérias encaminhadas pelas demais Câmaras Técnicas e pela Secretaria Executiva do CNRH*”, a fim de deliberar acerca da minuta de resolução que visa revogar normativos do CNRH constantes do anexo deste parecer.

## ANEXO

### MINUTA DE RESOLUÇÃO XXX, DE XX DE XXXX DE 2022

*Revoga atos normativos considerados implicitamente*

O **CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH**, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, pela Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, pelo Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, e pelo seu Regimento Interno, considerando o art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e com base nos elementos constantes do Processo SEI MDR 59000.002954/2022-13, resolve:

Art. 1º Revogar, expressamente, as seguintes resoluções consideradas implicitamente revogadas ou cuja eficácia ou validade encontra-se prejudicada:

- I - Resolução n. 58, de 30 de janeiro de 2006, que aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos;
- II - Resolução n. 67, de 07 de dezembro de 2006, que aprova o documento denominado Estratégia de Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos;
- III - Resolução n. 69, de 19 de março de 2007, que aprova a proposta do Sistema de Gerenciamento Orientado para os Resultados do Plano Nacional de Recursos Hídricos – SIGEOR;
- IV - Resolução n. 80, de 10 de dezembro de 2007 que aprova o Detalhamento Operativo de Programas do Plano Nacional de Recursos Hídricos;
- V - Resolução n. 99, de 26 de março de 2009, que aprova o Detalhamento Operativo dos Programas VIII, X, XI e XII do Plano Nacional de Recursos Hídricos;
- VI - Resolução n. 135, de 14 de dezembro de 2011, que aprova o documento “Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH: Prioridades 2012-2015”, como resultado da primeira revisão do PNRH, e dá outras providências;
- VII - Resolução n. 148, de 13 de dezembro de 2012, que aprova o documento “Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH: Prioridades 2012-2015”, como resultado da primeira revisão do PNRH, e dá outras providências;
- VIII - Resolução n. 149, de 28 de junho de 2013, que prorroga o prazo da delegação de competência à Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguaí – ABHA para o exercício de funções e atividades inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba.
- IX - Resolução n. 165, de 29 de junho de 2015, que estabelece as prioridades do PNRH para orientar a elaboração do PPA Federal e dos PPAs dos Estados e do Distrito Federal, para o período 2016-2019.;
- X - Resolução n. 170, de 23 de setembro de 2015, que prorroga o prazo da delegação de competência à Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco;
- XI - Resolução n. 172, de 09 de dezembro de 2015, que prorroga o prazo da delegação de competência à Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguaí – ABHA para o exercício de funções e atividades inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba;
- XII - Resolução n. 181, de 07 de dezembro de 2016, que aprova as Prioridades, Ações e Metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos para 2016-2020;
- XIII - Resolução n. 207, de 18 de dezembro de 2018, que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba;
- XIV - Resolução n. 208, de 11 de dezembro de 2019, que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, até 31 de dezembro de 2020;
- XV - Resolução n. 221, de 24 de dezembro de 2020, que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, até 31 de dezembro de 2021;
- XVI - Resolução n. 216, de 11 de setembro de 2020, que prorroga o prazo de vigência do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), até 31 de dezembro de 2021.;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

À Consideração Superior.

**EDUARDO GOMIDES ARLINDO SOARES**  
Estagiário em Pós-graduação em Direito  
CGRH/DRHB/SNSH/MDR

**ROSELI DOS SANTOS SOUZA**  
Coordenadora de Apoio a Gestão de Recursos Hídricos  
CGRH/DRHB/SNSH/MDR

De acordo. Encaminha-se ao DRHB para consideração superior, com recomendação de aprovação conforme proposto.

**ANDERSON FELIPE DE MEDEIROS BEZERRA**  
Coordenador-Geral de Gestão de Recursos Hídricos  
CGRH/DRHB/SNSH/MDR



Documento assinado eletronicamente por **Roseli dos Santos Souza, Coordenador(a) Apoio à Gestão de Recursos Hídricos**, em 15/08/2022, às 18:20, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Felipe Medeiros Bezerra, Coordenador(a) Geral de Gestão dos Recursos Hídricos**, em 15/08/2022, às 18:25, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **3891698** e o código CRC **7CC3B877**.



Ministério do Desenvolvimento Regional  
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica  
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas  
Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos  
Conselho Nacional de Recursos Hídricos  
Câmara Técnica de Assuntos Legais

Parecer nº 4/2022/CTAL-CNRH/CNRH/CGRH/DRHB/SNSH

Referência: 59000.023529/2021-87

Interessado: Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Assunto: **Proposta de Resolução do CNRH Revoga atos normativos considerados implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontram-se prejudicados.**

## INTRODUÇÃO

1. Trata-se de proposta de resolução a ser submetida ao Plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) que **revoga atos normativos considerados implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontram-se prejudicados.**

2. A matéria foi encaminhada pela Secretaria-Executiva do CNRH, nos termos do Parecer nº 8/2022/CGRH/DRHB/SNSH, e visa atender ao [Decreto n. 10.139, de 28 de novembro de 2019](#), que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos, e a [Portaria nº 1.978, de 21 de julho de 2020](#), que dispõe sobre o procedimento de revisão e consolidação dos atos normativos inferiores a decreto no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional.

## SÍNTESE DAS DISCUSSÕES E APRECIÇÃO LEGAL

3. Considerando as competências dadas pelo [Decreto 10.000, de 13 de setembro de 2019](#), para “*analisar e emitir parecer sobre os aspectos legais e constitucionais das matérias encaminhadas pelas demais Câmaras Técnicas*”, a Câmara Técnica de Assuntos Legais – CTAL na sua 15ª Reunião, realizada por meio virtual em 25 de agosto de 2022, avaliou a proposta de resolução encaminhada pela Secretaria Executiva do CNRH, por meio do Parecer nº 8/2022/CGRH/DRHB (3891698).

4. Conforme exposto no referido parecer, com a publicação da [Resolução CNRH nº 232](#), de 22 de março 2022, que aprovou o Plano Nacional de Recursos Hídricos 2022-2040 (PNRH), foram identificados de 10 (dez) normativos passíveis de serem revogados, vinculados à Resolução nº 58, de 30 de janeiro de 2006, que aprovou o PNRH 2005-2020, a saber:

1. [Resolução n. 58, de 30 de janeiro de 2006](#), que aprova o Plano

Nacional de Recursos Hídricos;

2. [Resolução n. 67, de 07 de dezembro de 2006](#), que aprova o documento denominado Estratégia de Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos;

3. [Resolução n. 69, de 19 de março de 2007](#), que aprova a proposta do Sistema de Gerenciamento Orientado para os Resultados do Plano Nacional de Recursos Hídricos – SIGEOR;

4. [Resolução n. 80, de 10 de dezembro de 2007](#), que aprova o Detalhamento Operativo de Programas do Plano Nacional de Recursos Hídricos;

5. [Resolução n. 99, de 26 de março de 2009](#) que aprova o Detalhamento Operativo dos Programas VIII, X, XI e XII do Plano Nacional de Recursos Hídricos;

6. [Resolução n. 135, de 14 de dezembro de 2011](#), que aprova o documento “Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH: Prioridades 2012-2015”, como resultado da primeira revisão do PNRH, e dá outras providências;

7. [Resolução n. 148, de 13 de dezembro de 2012](#), que aprova o documento “Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH: Prioridades 2012-2015”, como resultado da

8. [Resolução n. 165, de 29 de junho de 2015](#), que estabelece as prioridades do PNRH para orientar a elaboração do PPA Federal e dos PPAs dos Estados e do Distrito Federal, para o período 2016-2019.;

9. [Resolução n. 181, de 07 de dezembro de 2016](#), que aprova as Prioridades, Ações e Metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos para 2016-2020;

10. [Resolução n. 216, de 11 de setembro de 2020](#), que prorroga o prazo de vigência do Plano Nacional de Recursos Hídricos(PNRH), até 31 de dezembro de 2021.

5. Também foram incluídas para objeto de revogação as resoluções relacionadas à prorrogações de mandatos da diretoria provisória do Comitê da bacia Hidrográfica do Parnaíba (3 normativos), e outras três vinculadas a prorrogações de prazo da delegação de competência para as entidades delegatárias desempenharem as funções de Agência de Água. No processo de análise da CTAL e, especialmente, na elaboração deste parecer, identificou-se que dois normativos vinculados a entidade delegatária do CBH Paranaíba deveriam constar desta relação.

6. A listagem atualizada passa a ser:

1. [Resolução n. 170, de 23 de setembro de 2015](#), que prorroga o prazo da delegação de competência à Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Justificativa: publicação da [Resolução n. 228, de 4 de novembro de 2021](#), que prorrogou até 31 de dezembro de 2027, a delegação de competência à Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo - Agência Peixe Vivo para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

2. [Resolução n. 134, de 15 de dezembro de 2011](#), que



delega competência à Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari-ABHA, para desempenhar, como Entidade Delegatária, as funções inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba;

3. [Resolução n. 149, de 28 de junho de 2013](#), que prorroga o prazo da delegação de competência à Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari – ABHA para o exercício de funções e atividades inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba;

4. [Resolução n. 172, de 09 de dezembro de 2015](#), que prorroga o prazo da delegação de competência à Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari – ABHA para o exercício de funções e atividades inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, e

5. [Resolução n. 186, de 07 de dezembro de 2016](#), que prorroga o prazo da delegação de competência à Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari – ABHA para o exercício de funções e atividades inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba.

Justificativa: As resoluções 134/2011, 149/2013 e 172/2015, já estavam revogadas pela resolução que as sucederam. A Resolução 186/2016 foi revogada com a publicação da [Resolução 201, de 31 de novembro de 2018](#), que delega competência à Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos de Bacia Hidrográfica - ABHA Gestão das Águas para o exercício de funções e atividades inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, até 31 de dezembro de 2023.

6. [Resolução n. 207, de 18 de dezembro de 2018](#), que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba;

7. [Resolução n. 208, de 11 de dezembro de 2019](#), que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, até 31 de dezembro de 2020; e

8. [Resolução n. 221, de 24 de dezembro de 2020](#), que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, até 31 de dezembro de 2021.

Justificativa: As revogações dos normativos vinculados a Diretoria Provisória do CBH Paranaíba se justificam pela vigência da [Resolução n. 229, de 30 de novembro de 2021](#), que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, até 31 de dezembro de 2022.

7. Em sua análise, a CTAL manifestou que a revogação encontra fundamento no [Decreto n. 10.139, de 28 de novembro de 2019](#), que determina a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto editados por órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e tem como objetivo a simplificação de processos e procedimentos, o fortalecimento da segurança jurídica e a consequente redução do estoque regulatório.

8. O embasamento está disposto no art. 8º do [Decreto n. 10.139, de 2019](#), que obriga a revogação expressa de normas: I - já revogadas tacitamente; II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo; e III - vigentes, cuja necessidade ou cujo significado não pôde ser identificado.

9. Neste sentido são passíveis de revogação, nos termos do artigo 8º, dezoito (18) atos normativos do CNRH, que se somam aos setenta e três revogados pela [Resolução 231, de 22 de março de 2022](#).

10. A CTAL aprovou por unanimidade a proposta de resolução que revoga atos normativos considerados implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontra-se prejudicadas. Ademais, recomendou especial atenção para que propostas que visem à prorrogações ou mesmo que consolidem outra resolução, que se atente para incluir o artigo específico contendo a revogação da norma objeto de alteração.

11. Diante do exposto, estando presentes a motivação, forma e competência do ato, opina-se pela submissão da matéria ao Plenário do CNRH.

## CONCLUSÃO

12. Realizada a análise legal, com fundamento no [Decreto 10.000/2019](#), a CTAL recomenda que a matéria seja incluída na pauta da próxima reunião plenária do CNRH para deliberação, conforme MINUTA apresentada na sequência deste parecer.

### MINUTA

#### RESOLUÇÃO Nº XX DE XX DE XXXX DE 2021.

Revoga atos normativos considerados implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontra-se prejudicadas.

**O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH**, no uso das competências que lhe são conferidas pela [Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997](#), pela Lei nº [9.984, de 17 de julho de 2000](#), pela Lei nº [12.334, de 20 setembro de 2010](#), pelo [Decreto nº. 10.000, de 3 de setembro de 2019](#), e pelo seu Regimento Interno, e considerando o art. 8º do [Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019](#), e com base no Processo SEI-MDR 59000.023529/2021-87, resolve:

Art. 1º Revogar, expressamente, as seguintes resoluções consideradas implicitamente revogadas ou cuja eficácia ou validade encontram-se prejudicadas:

I - Resolução n. 58, de 30 de janeiro de 2006, que aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos;

II - Resolução n. 67, de 07 de dezembro de 2006, que aprova o documento denominado Estratégia de Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos;

III - Resolução n. 69, de 19 de março de 2007, que aprova a proposta do Sistema de Gerenciamento Orientado para os Resultados do Plano Nacional de Recursos Hídricos – SIGEOR;

IV - Resolução n. 80, de 10 de dezembro de 2007 que aprova o



## Detalhamento Operativo de Programas do Plano Nacional de Recursos Hídricos;

V - Resolução n. 99, de 26 de março de 2009, que aprova o Detalhamento Operativo dos Programas VIII, X, XI e XII do Plano Nacional de Recursos Hídricos;

VI - Resolução n. 134, de 15 de dezembro de 2011, que delega competência à Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari-ABHA, para desempenhar, como Entidade Delegatária, as funções inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba.

VII - Resolução n. 135, de 14 de dezembro de 2011, que aprova o documento “Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH: Prioridades 2012-2015”, como resultado da primeira revisão do PNRH, e dá outras providências;

VIII - Resolução n. 148, de 13 de dezembro de 2012, que aprova o documento “Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH: Prioridades 2012-2015”, como resultado da primeira revisão do PNRH, e dá outras providências;

IX - Resolução n. 149, de 28 de junho de 2013, que prorroga o prazo da delegação de competência à Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari – ABHA para o exercício de funções e atividades inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba.

X - Resolução n. 165, de 29 de junho de 2015, que estabelece as prioridades do PNRH para orientar a elaboração do PPA Federal e dos PPAs dos Estados e do Distrito Federal, para o período 2016-2019.;

XI - Resolução n. 170, de 23 de setembro de 2015, que prorroga o prazo da delegação de competência à Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco;

XII - Resolução n. 172, de 09 de dezembro de 2015, que prorroga o prazo da delegação de competência à Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari – ABHA para o exercício de funções e atividades inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba;

XIII - Resolução n. 181, de 07 de dezembro de 2016, que aprova as Prioridades, Ações e Metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos para 2016-2020;

XIV - Resolução n. 186, de 07 de dezembro de 2016, que prorroga o prazo da delegação de competência à Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari – ABHA para o exercício de funções e atividades inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba.

XV - Resolução n. 207, de 18 de dezembro de 2018, que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba;

XVI - Resolução n. 208, de 11 de dezembro de 2019, que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, até 31 de dezembro de 2020;

XVII - Resolução n. 221, de 24 de dezembro de 2020, que prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, até 31 de dezembro de 2021;

XVIII - Resolução n. 216, de 11 de setembro de 2020, que prorroga o prazo de vigência do Plano Nacional de Recursos Hídricos(PNRH), até 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**WILSON DE MELO**

Coordenador da Câmara Técnica de Assuntos Legais



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Rodrigues de Melo Junior**,  
**Coordenador(a) da Câmara Técnica**, em 05/09/2022, às 14:01, com fundamento no art. 4º,  
§ 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
[https://sei.mi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador  
**3923348** e o código CRC **4C173629**.